TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO

PROJUDI - Processo Judicial Digital

Baixado do PROJUDI em: 01/10/2024

Processo nº 0194024-73.2024.8.05.0001

Promovente(s):

Nome	CPF/CNPJ	Identidade
IRZA MARIA CARVALHO SANTOS	188.617.845-34	

Endereço
ALAMEDA CAMPINAS DE PIRAJA, S N, COND PARQUE CAMPINAS BL 19 EDF PALMEIRAS APTO 302, CAMPINAS DE PIRAJA, SALVADOR - BA, BRASIL, 41.275-124

Advogados
OAB 51759 N BA - RAFAELLA DOS SANTOS PINTO

Promovido(s):

Nome	CPF/CNPJ	Identidade
BANCO BRADESCO S A	60.746.948/0001-12	

Endereço
NUCLEO CIDADE DE DEUS S N, SN, PREDIO CINZA VILA YARA, VILA YARA, OSASCO - SP, BRASIL, 06.029-900

Advogados
Nenhum advogado cadastrado

Nome	CPF/CNPJ	Identidade
NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUICAO DE PAGAMENTO	18.236.120/0001-58	

Endereço
RUA CAPOTE VALENTE, 39, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, BRASIL, 05.409-000

Advogados
Nenhum advogado cadastrado

Testemunha(s):
Terceiro(s):

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto: Bancários

Prioridade: IDOSO(A) - 60 A 79 ANOS

Segredo de Justiça: Não

Data da Distribuição: 29/09/2024

Valor da Causa: R$ 10.000,00

Índice de Documentos

Id	Data Assinatura	Documento	Tipo
165086376	29/09/2024 19:21	Peticao Inicial - Irza.pdf	Petição Inicial
165086377	29/09/2024 19:21	RG e CPF - Irza.pdf	Outros
165086378	29/09/2024 19:21	Procuracao assinada.pdf	Procuração
165086379	29/09/2024 19:21	Comprovante de residÃªncia.pdf	Comprovante Residência
165086380	29/09/2024 19:21	doc.1 - conversa com o criminoso.pdf	Outros
165086381	29/09/2024 19:21	doc.2 -Transferencia.pdf	Outros
165086382	29/09/2024 19:21	doc. 3- meu inss emprÃ©stimos.pdf	Outros
165086383	29/09/2024 19:21	doc.4- Boletim de OcorrÃªncia.pdf	Outros
165086384	29/09/2024 19:21	doc. 5 - ReclamaÃ§Ã£o 20240700009458641.pdf	Outros
165198325	01/10/2024 09:57	online.html	Citação

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO CONSUMIDOR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE SALVADOR ESTADO DA BAHIA

IRZA MARIA CARVALHO SANTOS, brasileira, casada, aposentada, RG nº 01.430.032-08 SSP/BA e CPF n° 188.617.845-34, residente domiciliado Conjunto Parque Campinas, Ap 302, Campinas de Pirajá, Salvador, Bahia, CEP: 41.275-124, assistida pela sua procuradora e advogada legalmente constituída através do instrumento procuratório em anexo, vem a presença de Vossa Excelência propor a presente

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO C/ C OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPETIÇÃO DE INDEBITO COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Em face do **NUBANK SA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.236.120/0001-58, com sede à Rua Capote Valente, 39, Pinheiros, São Paulo - SP - BRASIL, CEP: 054.090-00, finance@nubank.com.br e **BANCO BRADESCO S/A**, instituição financeira de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.746.948/0001-12, sediada na Vila Yara, Cidade de Deus, Osasco, São Paulo, pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas:

I - DOS FATOS:

A autora, aposentada, enganada por um estelionatário, que possuía todos os dados de sua conta em banco terceiro, percebeu um empréstimo consignado fraudulento baseado em informações sensíveis, sob a proteção daquela Instituição Bancária, com valor recebido na conta que possui junto o segunda Ré, o **BANCO BRADESCO S/A**.

A aposentada recebeu uma ligação com uma solução de cancelamento do Empréstimo de

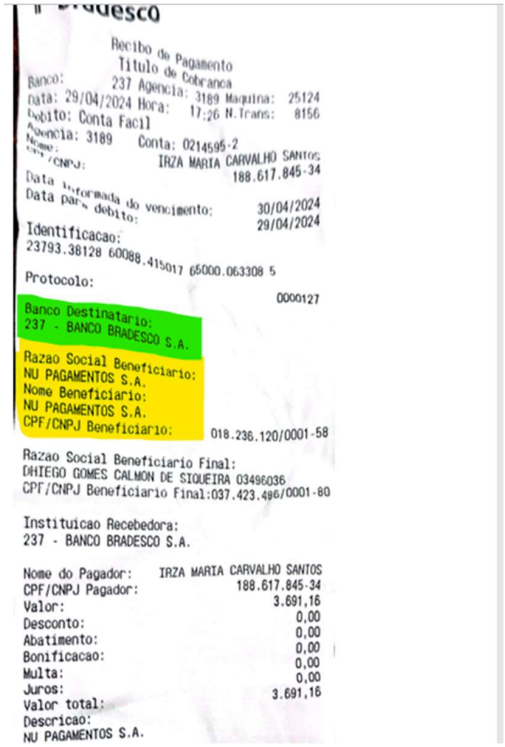
Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

modelo RMC (Reserva de Margem Consignável) que possuía sem o seu concesso junto ao Banco PAN, porém, como medida necessária para cancelamento e reembolso do valor descontado indevidamente, o estelionato, (doc.1) orientou a Autora a realizar um pagamento em formato de reembolso ao Banco Pan, que seria feito por meio de boleto bancário que o criminoso a enviaria.

O estelionatário informou a Autora que para cancelamento e reembolso do valor do RMC não contratado com o Banco PAN, era necessário depósito do valor de R$4.161,77 (quatro mil cento e sessenta e um reais e setenta e sete centavos) em conta a ser informada, onde a primeira parcela seria no valor de 451,80 (quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos), e o valor restante de R$ 3.692,16 (três mil seiscentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) que também, foi posteriormente repassado ao estelionatário (doc.2).

Esse valor de R$4.161,77 (quatro mil cento e sessenta e um reais e setenta e sete centavos) que foi depositado em conta da Autora no Bradesco, na verdade, posteriormente foi percebido pela aposentada, que advinha de um empréstimo bancário com o Santander. COMO o estelionatário tinha conhecimento da conta desta autora no Banco Bradesco?

Enquanto ludibriava a Autora, o estelionatário a indicou e assim ela o fez, depósito em conta do primeiro banco réu, o Nubank, que demonstrou não ter gerência ou mínimo controle e segurança com seus clientes, que usam da sua plataforma/instituição para aplicar golpes. E como tal, deverá ser responsabilizada.



Bradesco

Recibo de Pagamento
Titulo de Cobranca
Banco: 237 Agencia: 3189 Maquina: 25124
Data: 29/04/2024 Hora: 17:26 N.Trans: 8156
Debito: Conta Facil
Agencia: 3189 Conta: 0214595-2
Nome: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
CPF/CNPJ: 188.617.845-34
Data informada do vencimento: 30/04/2024
Data para debito: 29/04/2024
Identificacao:
23793.38128 60088.415017 65000.063308 5
Protocolo: 0000127
Banco Destinatario:
237 - BANCO BRADESCO S.A.
Razao Social Beneficiario:
NU PAGAMENTOS S.A.
Nome Beneficiario:
NU PAGAMENTOS S.A.
CPF/CNPJ Beneficiario: 018.236.120/0001-58
Razao Social Beneficiario Final:
DHIEGO GOMES CALMON DE SIQUEIRA 03496036
CPF/CNPJ Beneficiario Final:037.423.496/0001-80
Instituicao Recebedora:
237 - BANCO BRADESCO S.A.
Nome do Pagador: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
CPF/CNPJ Pagador: 188.617.845-34
Valor: 3.691,16
Desconto: 0,00
Abatimento: 0,00
Bonificacao: 0,00
Multa: 0,00
Juros: 0,00
Valor total: 3.691,16
Descricao:
NU PAGAMENTOS S.A.

O Cartão de Crédito consignado não foi cancelado e a aposentada, agora tinha um empréstimo com o Banco Santander (doc.3).

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

CONTRATOS ATIVOS E SUSPENSOS*

CONTRATO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	COMPETÊNCIA		QTDE PARCELAS	VALOR									
					INÍCIO DE DESCONTO	FIM DE DESCONTO		PARCELA	EMPRESTADO	LIBERADO	IOF	CET MENSAL	CET ANUAL	TAXA JUROS MENSAL	TAXA JUROS ANUAL	VALOR PAGO**	PRIMEIRO DESCONTO
164212452	001 - BANCO DO BRASIL S A	Ativo	Averbação por Refinanciamento	30/08/24	09/2024	08/2031	84	R$1.038,47	R$46.789,23		R$441,68	1,68	22,12	1,65	21,69	R$42.847,55	05/10/24
289375758	033 - BANCO SANTANDER OLE	Ativo	Averbação nova	26/04/24	05/2024	04/2031	84	R$97,99	R$4.278,84	R$4.148,62	R$130,22	1,84	24,46	1,72	22,69		08/06/24

*Contratos que comprometem a margem consignável.
**Valor pago a título de dívida do cliente (refinanciamento e portabilidade).

Transtornada após perceber que foi vítima de um golpe e que agora tinha um novo desconto em sua aposentadoria, prestou boletim de ocorrência na delegacia (doc.4) e tentou resolver a situação de forma extrajudicial e amigável, porém, sem sucesso.

Após a reclamação aberta no consumidor.gov de nº 2024.07/00009458641 (doc.5) contra o Nubank, buscando a devolução do valor, contudo a instituição orientou a consumidora a buscar o Bradesco e que o mesmo fizesse o requerimento interno entre bancos. Assim foi feito, a autora se direcionou a agência do Bradesco no início do mês de agosto. Passados os prazos concedidos pelo gerente do Banco, até o momento da distribuição desta ação, não teve NENHUM retorno, solução ou restituição do valor enviado para conta de um criminoso estabelecido no primeiro banco Réu.

Diante do descaso das instituições bancárias, não restou outra alternativa, a não ser buscar o judiciário para ter seu direito resguardado.

Isto posto, requer a prestação jurisdicional para que a autora seja ressarcida no valor que foi depositado em conta criminosa no primeiro réu, Nubank e que vem sendo mensalmente cobrado por um banco terceiro, bem como a reparação moral de todo transtorno que vem sendo sofrido pela frustação do engano e da diminuição que tem visto na sua verba alimentar.

rafaellaspinto.adv@gmail.com
(75) 9 9880-0929 |
Praça Conego José Lourenço, nº 402, Centro, São Felipe, CEP 44550-000

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

II – DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA:

Requer, a antecipação parcial da tutela pretendida, para que se digne V. Exa. em determinar, ante os elementos trazidos aos autos e as provas juntadas que configuram o "fumus boni juris", pois está clara que a autora foi vítima de uma ação fraudulenta com conveniência dos bancos réus.

Já o "*periculum in mora"* resta claro o quanto a Autora vem suportando mensalmente em sua renda familiar, um desconto que não deu causa e que com o tempo, só prolongará o prejuízo causado a aposentada.

Excelência, cumpre salientar que o valor recebido mensalmente pela aposentada cobre os seus gastos básicos, para esta autora, o valor descontado injustamente tem comprometido o seu sustento e da sua família.

Diante disso, requer a antecipação parcial da tutela pretendida para que o primeiro Réu bloquei na conta informada e restitua a Autora o valor ali depositado.

III - DO DIREITO:

A) DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA:

Para que não paire dúvida sobre a irregularidade cometida pelas Rés, faz-se necessária a inversão do ônus da prova, nos termos do inciso VIII do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, pois a relação jurídica entre as partes está resguardada pelo CDC.

Por essa razão, impõe-se a inversão do ônus da prova, devendo as instituições financeiras apresentarem em juízo toda a documentação referente aos dados das transações realizadas e especificando de forma detalhada, afim de que possa ser comprovado a higidez da

rafaellaspinto.adv@gmail.com
(75) 9 9880-0929 |
Praça Conego José Lourenço, nº 402, Centro, São Felipe, CEP 44550-000

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

operação.

Em razão da fragilidade da consumidora, que a coloca em posição desigual ou desvantajosa em relação aos fornecedores, deve ser determinada a inversão do ônus da prova, visto que é mais fácil ou menos difícil para a instituição Bancária comprovar, já que é titular do monopólio de informações e documentações.

B) DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Conforme farta e sedimentada jurisprudência, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras, conforme Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça. Vale salientar que o Banco Central do Brasil através da resolução do CMN 4.949/21 reconhece como relação de consumo as transações bancárias.

O Banco Central do Brasil, no Art. 4º, inciso II da referida Resolução reforça que as Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas, devem assegurar:

> II - integridade, conformidade, confiabilidade, segurança e sigilo das transações realizadas, bem como legitimidade das operações contratadas e dos serviços prestados;

Cumpre destacar, em relação ao art. 6º, VIII, do CDC, que a parte autora se encontra em nítida situação de hipossuficiência em relação a Instituição Financeira, o que por si só autoriza a inversão do ônus probandi, uma vez que se trata de aplicação do direito básico do consumidor, inerente à facilitação de sua defesa em juízo, como também nos termos do artigo 373, inciso II, do CPC.

C) DA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM CASOS DE FRAUDE

Conforme súmula 297 do STJ e art. 3, §2º do Código de Defesa do Consumidor (CDC), as relações jurídicas realizadas entre uma pessoa física e uma instituição financeira são definidas como uma relação de consumo, em que existe a procura por um serviço e o

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

fornecimento do mesmo, conforme segue:

> Súmula 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.
>
> Art. 3º, CDC. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
> § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

O banco como prestador de serviços, possui responsabilidade objetiva com relação a qualquer risco inerente a sua atividade, com isso, o dano seja gerado por um fortuito interno ele deverá ressarcir o consumidor independentemente de culpa, conforme Súmula 479 do STJ, in verbis:

> Súmula 479 do STJ - As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

Com isso, quanto a responsabilidade civil do banco, considera o aplicado no art. 927 do Código Cível (CC), que preceitua que por aquele que comete ilícito, e causar dano a outrem deverá repará-lo independentemente de culpa.

D) REQUISIÇÃO JUDICIAL PARA ENTREGA DE DADOS ARMAZENADOS PELO PROVEDOR DE APLICAÇÕES DE INTERNET

Para a melhor elucidação, com base na LEI Nº 12.965, art. 10, parágrafo 1º, diante das dificuldades e condições financeiras da parte autora, cabe ainda a requisição de dados do receptor dos valores, a fim de identificar a transação fraudulenta assim como o eventual cometimento de delito, necessitando para tanto que Instituições Financeiras rés, que na presente demanda na condição de litisconsorte.

Assim sendo, o parágrafo 1º. do art. 10 da Lei n. 12.965/14 estabelece que o propósito

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

primário da quebra do sigilo informacional pode ser justamente a descoberta da autoria de crimes.

Por fim, pleiteia-se a Vossa Excelência que seja dado total procedência à ação de conhecimento, visto que a consumidora foi excessivamente lesada, ao sofrer uma ação fraudulenta. Tal fato lhe gerou incontáveis prejuízos, tendo em vista que ainda tem sofrido altos descontos em sua aposentadoria, comprometendo o seu mínimo existencial.

E) DO DANO MATERIAL – REPETIÇÃO DO INDÉBITO

Em razão da nítida má-fé das Instituições Financeiras, conforme amplamente demonstrado no processo em epígrafe, a parte autora faz jus a receber a devolução, em dobro, da quantia paga ao fraudador via Pix e das quantias que vier a pagar referente ao empréstimo fraudulento, caso não suspensa a cobrança por este MM. Juízo, acrescida de juros e correção monetária.

Resta evidente que a parte autora deve ser restituída pelos danos materiais correspondente ao dobro dos valores indevidamente cobrados, acrescidos de atualização monetária e juros de mora. É incontestável a má-fé das instituições financeiras. Basta observar a falta do dever de cuidado com a autora, acarretando uma ação fraudulenta, onde a própria Instituição Bancária é conivente, e que se situa na categoria do enriquecimento sem causa, nos termos do Artigo 884 do Código Civil.

> Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

A reparação a parte autora é fundamental para que as Instituições Financeiras não reincidam na conduta, conforme previsão no artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor:

> Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

legais, salvo hipótese de engano justificável.

Nesse sentido, cita-se o posicionamento do Tribunal de Justiça do Paraná a respeito do tema que assim dispôs:

> EMENTA: RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. TRANSFERÊNCIA DE VALORES VIA PIX. NÃO RECONHECIMENTO DA OPERAÇÃO PELA CORRENTISTA. DESCABIMENTO. FORTUITO INTERNO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 479 DO STJ. CULPA DA VÍTIMA NÃO CONFIGURADA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO APRESENTA NENHUMA PROVA ACERCA DA SEGURANÇA, AUTENTICAÇÃO OU IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DO VALOR TRANSFERIDO E DOS ENCARGOS INCIDENTES SOBRE SALDO NEGATIVO GERADO. CABIMENTO. JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA,
> DESPROVIDO. 1. Da análise dos autos, observa-se que a instituição financeira recorrente não apresentou nenhuma prova sobre a operação realizada, nem que esta teria sido confirmada mediante o uso de token ou senha. Assim, ante a alegação da reclamante que não realizou tais transações (fato negativo), o ônus da prova acerca da regularidade da operação recaiu sobre o recorrente – ônus do qual, frise-se, não se desincumbiu. 2. Tratando-se de questão atinente à segurança interna dos dados dos correntistas, das contas e operações bancárias mantidas junto ao recorrente, a sua responsabilidade resta consolidada pelo que dispõe a súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça ("as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias"). 3. Assim, cabível a restituição dos valores retirados fraudulentamente da conta bancária pertencente à reclamante, bem como dos encargos cobrados sobre o saldo negativo gerado pela fraude. 4. Inviável o conhecimento do pedido de reforma do termo inicial dos juros de mora, uma vez que a sentença estipulou a sua incidência a partir da citação, no mesmo sentido do que foi pleiteado pelo recorrente. Assim, inexiste interesse recursal no ponto. (TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - 0001795-75.2021.8.16.0069 - Cianorte - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 04.10.2021)
> (TJ-PR - RI: 00017957520218160069 Cianorte 0001795-

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

> 75.2021.8.16.0069 (Acórdão), Relator: Manuela Tallão Benke, Data de Julgamento: 04/10/2021, 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, Data de Publicação: 04/10/2021)

Posto isso, em conformidade com os artigos 14 e 42 do CDC, desde logo, requer- se que este Douto Juízo condene expressamente as Instituições Financeiras a devolverem EM DOBRO as quantias pagas indevidamente nesta operação fraudulenta.

F) DO DANO MORAL

Trata-se de dano moral in *re ipsa*, que dispensa a comprovação da extensão dos prejuízos, sendo estes evidenciados pelas circunstâncias do fato, conforme entendimento firmado pelo STJ. Cumpre salientar que a indenização em comento é indispensável, pois tem caráter repressivo e pedagógico.

É incontroverso que o Banco deve responder objetivamente pelos danos causados, em harmonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: Súmula 37, que estabelece que "são cumuláveis as indenizações por dano material e moral oriundos do mesmo fato".

> SÚMULA 37 - STJ - SÃO CUMULAVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL E DANO MORAL ORIUNDOS DO MESMO FATO.

Isto posto, requer que sejam as Instituições Financeiras condenadas a indenizar a parte autora pelos danos morais advindos da conduta ilícita praticada.

Por fim, pleiteia-se a Vossa Excelência que seja dado TOTAL PROCEDÊNCIA À AÇÃO DE CONHECIMENTO, visto que a consumidora foi excessivamente lesada, ao sofrer uma ação fraudulenta. Tal fato lhe gerou incontáveis prejuízos de ordem financeira, além dos danos extrapatrimoniais, comprometeram o seu mínimo existencial.

IV - DOS PEDIDOS:

Isto posto, requer a parte autora:

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

Caso Vossa Excelência entenda por bem, conheça diretamente do pedido, antecipando o julgamento da lide, conhecendo-os diretamente e proferindo a consequente sentença sem a necessidade de dilação probatória, ou mesmo em caso de Revelia da Parte Demandada, tudo nos termos do art. 355, I e II do CPC;

a) Por oportuno, requer seja deferida a consignação em juízo, liminarmente INALDITA ALTERA PART que o Nubank, bloquei o valor na conta do criminoso na sua instituição, referente ao valor depositado pela Autora, qual seja, R$4.161,77 (quatro mil cento e sessenta e um reais e setenta e sete centavos), e que seja posteriormente estornado a consumidora, e havendo descumprimento, seja aplicada multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia enquanto não cumprida a decisão.

b) Proceder com a citação dos réus para, querendo, apresentar contestação, sob pena de seu não oferecimento importar na incidência dos efeitos da revelia e na aceitação das alegações de fato formuladas, nos moldes do art. 344 do Código de Processo Civil de 2015;

c) Determinar a incidência das regras do código de Defesa do Consumidor em razão da vulnerabilidade e da hipossuficiência do autor em face do réu, sendo invertido o ônus da prova nos termos do art. 6, VIII do diploma em comento;

d) O reconhecimento da fraude praticada, e condenar a instituição financeira ré (Pag Seguro) à restituição, a títulos de danos materiais, dos valores de R$4.161,77 (quatro mil cento e sessenta e um reais e setenta e sete centavos) a consumidor/vítima lesada, bem como, condenada a indenizar a parte autora danos morais advindos da conduta ilícita praticada.

e) Que seja determinado a quebra do sigilo informacional, com base no parágrafo 1º. do art. 10 da Lei n. 12.965/14 da conta criminosa estabelecida no Nubank;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

rafaellaspinto.adv@gmail.com
(75) 9 9880-0929 |
Praça Conego José Lourenço, nº 402, Centro, São Felipe, CEP 44550-000

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

Dá à causa o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Nesses Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Salvador, 29 de setembro de 2024.

RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
OAB/BA 51.759

rafaellaspinto.adv@gmail.com
(75) 9 9880-0929 |
Praça Conego José Lourenço, nº 402, Centro, São Felipe, CEP 44550-000

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f890 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

Digitalizado com CamScanner

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Através do presente instrumento particular de mandado, **IRZA MARIA CARVALHO SANTOS,** brasileira, casada, aposentada, RG nº 01430032-08 - SSP/BA e CPF nº 188.617.845-34, residente e domiciliada no Condomínio Parque Campinas, Edf. Palmeiras, Apto.302, Campinas de Pirajá, Salvador, Bahia, CEP: 41.300-460, nomeia e constitui como sua procuradora a Bela. **RAFAELLA DOS SANTOS PINTO,** brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 51.759, com endereço profissional localizado na cidade de São Felipe/BA, outorgando-lhe poderes para ações judiciais e demais atos inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

Salvador/BA, 20 de julho de 2024

IRZA MARIA CARVALHO SANTOS

Filtros

Digitalizado com CamScanner

Neoenergia
Coelba

www.neoenergia.com|Ligue grátis 116

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
AV.EDGARD SANTOS, 300, CABULA VI, SALVADOR, BAHIA CEP 41181-900
CNPJ 15.139.629/0001-94 INSCRIÇÃO ESTADUAL 00478696

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02

NOME DO CLIENTE:
IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
CPF: 188.6**.***-**
ENDEREÇO:
AL CAMPINAS DE PIRAJA 128 AP-302
ED PALMEIRA
CJ PARQUE CAMPINAS
CAMPINAS DE PIRAJA/SALVADOR
41275-124 SALVADOR BA

CÓDIGO DA INSTALAÇÃO **5133242**

CÓDIGO DO CLIENTE **16829170**

NOTA FISCAL Nº 793640663 - SÉRIE 000 / DATA DE EMISSÃO: 08/07/2024
Consulte pela Chave de Acesso em:
https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/Nf3e/consulta
chave de acesso:
2924 0715 1396 2900 0194 6600 0793 6406 6320 2040 5410
Protocolo de autorização: 3292400034371972 - 08/07/2024 às 11:10:08

REF:MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR R$	VENCIMENTO
07/2024	**184,03**	**02/08/2024**

CLASSIFICAÇÃO: **B1 RESIDENCIAL -RESIDENCIAL**

TIPO DE FORNECIMENTO: **Conv. Monômia - Monofásico**

Cadastra-se e receba a sua fatura por e-mail, utilizando o QR code no verso da fatura.

DATAS DE LEITURAS	LEITURA ANTERIOR **06/06/2024**	LEITURA ATUAL **08/07/2024**	Nº DE DIAS **32**	PRÓXIMA LEITURA **07/08/2024**

ITENS DA FATURA	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. COM TRIB.(R$)	VALOR (R$)	PIS/ COFINS(R$)	BASE CALC. ICMS(R$)	ALÍQUOTA ICMS(%)	ICMS (R$)	TARIFA UNIT(R$)
Consumo-TUSD	kWh	145,00	0,70432862	102,12	4,71	102,12	20,50	20,94	0,52757000
Consumo-TE	kWh	145,00	0,39133689	56,74	2,61	56,74	20,50	11,63	0,29313000
Acrés. Band. AMARELA				0,89	0,03	0,89	20,50	0,18	
Ilum. Púb. Municipal				12,09					
JurosCOSIP				0,39					
MultaCOSIP				3,82					
Multa-NF 771565996				4,84					
Juros-NF 771565996				3,14					
TOTAL				184,03					

TRIBUTO	BASE DE CÁLCULO (R$)	ALÍQUOTA (%)	VALOR (R$)
PIS	127,00	1,03	1,30
COFINS	127,00	4,77	6,05
ICMS	159,75	20,50	32,75

CONSUMO / kWh

	CONSUMO FATURADO	Nº DIAS FAT
JUL24	145	32
JUN24	185	30
MAI24	152	29
ABR24	225	30
MAR24	237	32
FEV24	166	28
JAN24	186	29
DEZ23	173	33
NOV23	181	30
OUT23	166	31
SET23	187	31
AGO23	245	33
JUL23	165	30

MEDIDOR	GRANDEZAS	POSTOS HORÁRIOS	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONST. MEDIDOR	CONSUMO kWh
1200485048	Energia Ativa	Único	8.613,00	8.758,00	1,00000	145,00

RESERVADO AO FISCO

ATENÇÃO! APÓS 23/07/2024, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO.

Vencto	Dt reaviso	Valor	Vencto	Dt reaviso	Valor
03/07/24	08/07/24	214,48	03/06/24	06/06/24	188,90

Este comunicado **NÃO** substitui aviso de débitos anteriores e **NÃO** contempla débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 99 REN 414/Aneel. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br.
Sua rota/ciclo de leitura será alterado. Art. 84 Ren. ANEEL 414/10
Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.
Acréscimos legais serão aplicados sobre a COSIP paga em atraso, conforme Legislação Municipal.
A Iluminação Pública é de responsabilidade da Prefeitura.

07/2024	CÓDIGO DO CLIENTE **16829170**	VENCIMENTO **02/08/2024**	TOTAL A PAGAR R$ **184,03**
	PARA CADASTRAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO, UTILIZE O CÓDIGO DO CLIENTE.		

838800000011 840300300000 016829170215 033171399338

PAGUE COM PIX

Digitalizado com CamScanner

cancelamento? 17:30

Sim 17:50

0:10 17:51

bradesco

Recibo de Pagamento
Titulo de Cobranca
Banco: 237 Agencia: 3189 Maquina: 25124
Data: 29/04/2024 Hora: 17:26 N.Trans: 8156
Debito: Conta Facil
Agencia: 3189 Conta: 0214595-2
Nome: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
CPF/CNPJ: 188.617.845-34

Data informada do vencimento: 30/04/2024
Data para debito: 29/04/2024

Identificacao:
23793.38128 60089.415017 66000.063308 5

Protocolo: 0000127

Banco Destinatario:
237 - BANCO BRADESCO S.A.

Razao Social Beneficiario:
NU PAGAMENTOS S.A.
Nome Beneficiario:
NU PAGAMENTOS S.A.
CPF/CNPJ Beneficiario: 018.236.120/0001-58

Razao Social Beneficiario Final:
DHIEGO GOMES CALMON DE SIQUEIRA 03496036
CPF/CNPJ Beneficiario Final:037.423.496/0001-60

Instituicao Recebedora:
237 - BANCO BRADESCO S.A.

Nome do Pagador: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
CPF/CNPJ Pagador: 188.617.845-34
Valor: 3.691,16
Desconto: 0,00
Abatimento: 0,00
Bonificacao: 0,00
Multa: 0,00
Juros: 0,00
Valor total: 3.691,16
Descricao:

17:56

Segue conforme solicitado. 17:57

Anexado em sistema.

Agradecemos. 18:00

Digitalizado com CamScanner

27 de abril de 2024

Olá, bom dia.

Essa é uma mensagem automática para todos os beneficiários que possuem cancelamentos e reembolsos em andamento com a nossa Central.

Nosso contato para finalização será no próximo dia útil, segunda - feira, 29/04.

Atenciosamente, Central de Cancelamento e Reembolso. 09:58

Digitalizado com CamScanner

17 de abril de 2024

Olá, bom dia. Tudo bem?

Alguma dúvida?

Dentro de instantes nossa Central entrará em contato com a senhora para esclarecer quaisquer dúvidas.

Atenciosamente, Central de Cancelamento e Reembolso. 08:58

24 de abril de 2024

1 12:35

Olá, boa tarde. Tudo bem?

Estamos a disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Atenciosamente, Central de Cancelamento e Reembolso. 13:03

26 de abril de 2024

O 10:46

Mensagem

Digitalizado com CamScanner

Segue conforme solicitado.
17:57

Anexado em sistema.

Agradecemos. 18:00

30 de abril de 2024

Bom dia 11:22

0:03 11:39

0:14 12:41

0:42 12:47

0:25 16:53

0:16 16:59

Digitalizado com CamScanner

16:24

1

Olá, boa tarde.

Segue boleto referente a devolutiva de cancelamento: 15:01

Encaminhada

Boleto Irza Maria.pdf
1 página • 80 kB • PDF

15:01

Aguardamos retorno da senhora para conclusão. 15:45

Ligação de voz perdida
Toque para retornar 17:01

Ok 17

Entrei em contato com a senhora via ligação mas não concluiu devido à instabilidade.

A senhora conseguiu efetuar o cancelamento? 17:30

Mensagem

Digitalizado com CamScanner

+55 21 98873-5787

Hummmm

Bom dia

Ligação de voz
4 min 13:33

Olá, boa tarde.

Segue boleto referente a devolutiva de cancelamento: 15:0

Encaminhada

Caso o boleto já tenha vencido, ou se for pagar outro valor, peça uma nova cobrança.

DHIEGO PROMOTOR			3891.16

Boleto Irza Maria.pdf
1 página • 80 kB • PDF

15:01

Aguardamos retorno da senhora para conclusão. 15:4

Digitalizado com CamScanner

Recomendamos a impressão desse Comprovante.
Para tanto, utilize a opção de impressão do seu browser.

bradesco

Transferência Interbancária - Titularidade Diferente
Outros Bancos (TED)

Data: 14/05/2024
Banco: 237 Agência de Débito: 03189
Conta e Dígito de Débito: 0000002145952
Tipo da Conta: CONTA-CORRENTE
Cliente: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
Banco Destinatário: 033
Nome do Banco: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Agência: 00001
Nome da Agência: CENTRAL
Conta e Dígito: 0000996160196
Favorecidos: Banco Santander
CPF/CNPJ: 90.400.888/0001-42
Tipo de transferência: TED
Finalidade: CREDITO EM CONTA
Valor da Transferência: 470,61
Nº da Transferência Interbancária: 1117302

AUTENTICAÇÃO

Yd9csgl# TuYhikJp kzf*bC6p he8skepG OYmV2#x6 iYD7tdxM g3WvTaW@ 26QstYGY
PjWu?jIB fL?sDCx3 lfGHCJ43 Cblr28aD qrbo@Oc8 sJZ56iJx TaGmn4HG XHoG7#ni
rTilISgp L3IIMCRR VPMt5xat 6BCfy4QH ?gpmDV@N 8zYMyP3I 20441892 03001604

Digitalizado com CamScanner

bradesco

Recibo de Pagamento
Titulo de Cobranca

Banco: 237 Agencia: 3189 Maquina: 25124
Data: 29/04/2024 Hora: 17:26 N.Trans: 8156
Debito: Conta Facil
Agencia: 3189 Conta: 0214595-2
Nome: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
CPF/CNPJ: 188.617.845-34
Data informada do vencimento: 30/04/2024
Data para debito: 29/04/2024
Identificacao:
23793.38128 60088.415017 65000.063308 5
Protocolo: 0000127

Banco Destinatario:
237 - BANCO BRADESCO S.A.

Razao Social Beneficiario:
NU PAGAMENTOS S.A.
Nome Beneficiario:
NU PAGAMENTOS S.A.
CPF/CNPJ Beneficiario: 018.236.120/0001-58

Razao Social Beneficiario Final:
DHIEGO GOMES CALMON DE SIQUEIRA 03496036
CPF/CNPJ Beneficiario Final:037.423.486/0001-80

Instituicao Recebedora:
237 - BANCO BRADESCO S.A.

Nome do Pagador: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
CPF/CNPJ Pagador: 188.617.845-34
Valor: 3.691,16
Desconto: 0,00
Abatimento: 0,00
Bonificacao: 0,00
Multa: 0,00
Juros: 0,00
Valor total: 3.691,16
Descricao:
NU PAGAMENTOS S.A.

Qualquer ocorrencia motivada por divergencia
entre os registros constantes no boleto de
[illegible] banco destinatario e

Digitalizado com CamScanner

Instituto Nacional do Seguro Social

HISTÓRICO DE
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

IRZA MARIA CARVALHO SANTOS

Benefício

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

Nº Benefício: 155.137.814-8
Situação: ATIVO
Pago em: BANCO BRADESCO S A
Meio: Conta Corrente
Agência: 3189
Conta Corrente: 0002145952

Não possui procurador
Não possui representante legal
Não é pensão alimentícia
Liberado para empréstimo
Elegível para empréstimos

Quantitativo de Empréstimos por Situação

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
ATIVOS	2
SUSPENSOS	0
RESERVADOS PORTABILIDADE	0
RESERVADOS REFINANCIAMENTO	0

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade
com o código 24090378EA2X1B3GWDQ473

INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

03/09/2024 14:48:59

Digitized by CamScanner

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8cc a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

Margem para Empréstimo/Cartão e Resumo Financeiro

VALORES DO BENEFÍCIO	
BASE DE CÁLCULO	R$3.252,34
MÁXIMO DE COMPROMETIMENTO PERMITIDO	R$1.463,56
TOTAL COMPROMETIDO	R$1.463,19
MARGEM EXTRAPOLADA* **	R$0,00

VALORES POR MODALIDADE			
	EMPRÉSTIMOS	**RMC**	**RCC**
MARGEM CONSIGNÁVEL	R$1.138,32	R$162,62	R$162,62
MARGEM UTILIZADA **	R$1.137,95	R$162,62	R$162,62
MARGEM RESERVADA	R$1.039,96	-	-
MARGEM DISPONÍVEL*	R$0,37	R$0,00	R$0,00
MARGEM EXTRAPOLADA* **	R$0,00	R$0,00	R$0,00

* Para benefícios das espécies, 18, 87 e 88 a margem consignável representa 30% da base de cálculo para empréstimos e 5% para cartão, podendo optar por somente uma das modalidades RMC ou RCC. Para as demais espécies, a margem consignável atual representa 35% da base de cálculo para empréstimos, 10% para cartão, sendo 5% para RMC e 5% para RCC

** O valor da margem reservada está incluído no valor da margem utilizada.

*** A margem extrapolada representa o valor que excedeu a margem disponível da modalidade ou o máximo de comprometimento do benefício, que pode ocorrer em situações específicas como a redução da renda do benefício ou a alteração legal da margem consignável de empréstimos e cartões.

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8cc a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

CONTRATOS ATIVOS E SUSPENSOS*

					COMPETÊNCIA			VALOR									DATA				
CONTRATO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	INÍCIO DE DESCONTO	FIM DE DESCONTO	QTDE PARCELAS	PARCELA	EMPRESTADO	LIBERADO	IOF	CET MENSAL	CET ANUAL	TAXA JUROS MENSAL	TAXA JUROS ANUAL	VALOR PAGO**	PRIMEIRO DESCONTO	SUSPENS. BANCO	SUSPENS. INSS	REATIV. BANCO	REATIV. INSS
164212452	001 - BANCO DO BRASIL S A	Ativo	Averbação por Refinanciamento	30/08/24	09/2024	08/2031	84	R$1.038,47	R$46.789,23		R$441,68	1,68	22,12	1,65	21,69	R$42.847,55	05/10/24				
289375758	033 - BANCO SANTANDER OLE	Ativo	Averbação nova	26/04/24	05/2024	04/2031	84	R$97,99	R$4.278,84	R$4.148,62	R$130,22	1,84	24,46	1,72	22,69		08/06/24				

*Contratos que comprometem a margem consignável.
**Valor pago a título de dívida do cliente (refinanciamento e portabilidade).

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8cc a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

CARTÃO DE CRÉDITO

CARTÃO DE CRÉDITO - RMC											
CONTRATOS ATIVOS E SUSPENSOS*											
						VALOR		DATA			
CONTRATO	TIPO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	LIMITE DE CARTÃO	RESERVADO ATUALIZADO	SUSPENSÃO BANCO	SUSPENSÃO INSS	REATIVAÇÃO BANCO	REATIVAÇÃO INSS
771910188-8	Reserva de Margem para Cartão (RMC)	623 - BANCO PAN S A	Ativo	Averbação nova	20/03/23	R$4.180,00	R$152,44				

*Contratos que comprometem a margem consignável.

CARTÃO DE CRÉDITO - RCC											
CONTRATOS ATIVOS E SUSPENSOS*											
						VALOR		DATA			
CONTRATO	TIPO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	LIMITE DE CARTÃO	RESERVADO ATUALIZADO	SUSPENSÃO BANCO	SUSPENSÃO INSS	REATIVAÇÃO BANCO	REATIVAÇÃO INSS
802531533	Reserva de Cartão Consignado (RCC)	243 - BANCO MASTER S A	Ativo	Averbação nova	12/12/23	R$4.556,76	R$156,48				

*Contratos que comprometem a margem consignável.

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8cc a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA VIRTUAL DA BAHIA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00311723/2024

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 08/05/2024 10:37:22 Data/Hora Fim: 08/05/2024 10:37:28
Documento de Origem: Delegacia Virtual Nº do Documento (Protocolo): 2024/0000267953-5 Data de Registro: 08/05/2024
Delegado de Polícia:

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: 24ª Delegacia Territorial - Vera Cruz

Data/Hora do Fato Início: 26/04/2024 15:00

Data/Hora do Fato Fim:

Local do Fato

Município: Vera Cruz (BA)
Bairro: Barra Grande
Nº: 60
CEP: 44.470-000

Tipo do Local: Ambiente virtual (Internet)

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
131: ESTELIONATO (ART. 171 CAPUT DO CPB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Social: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS
Nome Civil: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS (VÍTIMA , COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Nasc: 11/01/1961 Idade 63
Profissão: Aposentado
Estado Civil: Casado(a) Naturalidade: Salvador - BA
Filiação 1: Batista Luiz dos Santos Filiação 2: Carmelita Días de Carvalho

Documento(s)

RG: 143003208
CPF: 188.617.845-34

Endereço

Município: Salvador - BA
Logradouro: PQ Campinas Bl 19 Apartamento Nº: 302
Bairro: Campinas de Pirajá CEP: 41.280-580
Email: irza.carla@gmail.com, irza.carla@gmail.com
Telefone: (71) 3391-0675 (Telefone Celular) (71) 99228-4987 (Telefone Celular)

Autorizo voluntariamente a utilização de aplicativos de mensagens (WhatsApp e similares), Redes Sociais, SMS e/ou E-mail informados acima para receber intimações decorrentes da tramitação dessa ocorrência.

Nome Civil: SANTANDER - OLÉ CONSIGNADOS (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA VIRTUAL DA BAHIA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00311723/2024

Profissão: Sem Informação

Nome Social: DHEIGO GOMES CALMON DE SIQUEIRA
Nome Civil: ATENDENTE CENTRAL DE CANCELAMENTO E REEMBOLSO (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Profissão: Sem Informação

Endereço

Telefone: (71) 98873-5787 (Telefone Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Documento

Subgrupo CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas

Identificador Único BA10483424

Tipo de Documento Outro

Descrição 037423486000180 018236120000158. Boleto referente ao pagamento estava no nome e CNPJ Dheigo Gom

Número 037423486000180

Documento Adulterado? Não

Situação Envolvido

Nome Envolvido	Envolvimentos
IRZA MARIA CARVALHO SANTOS	Proprietário, Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

INFORMA QUE: "Fui contatada pela atendente Paloma da Central de Cancelamento e Reembolso, N de Protoc é: 20245682937168396 . Para fazer um cancelamento do cartão de crédito consignado RMC pelo BANCO PAN S A, que não tinha solicitado e nunca havia utilizado o mesmo é vinculado (descontado) no meu benefício do INSS. Já tentei várias vezes fazer esse cancelamento e não consegui. Essa empresa prometeu fazer o cancelamento mediante o depósito feito R$4.161,77 da 1 parcela 451,80 do reembolso, e o restante pra pagar o boleto referente a devolutiva de cancelamento no valor R$ 3.692,16, para Dheigo Promotor. Dheigo Gomes Calmon de Siqueira, CNPJ 037423486000180; 018236120000158. O Cancelamento do Cartão Consignado não foi realizado e nem 2 parcela do reembolso. Foi feito um novo empréstimo pelo Santander - Olé consignado pra descontar no meu benefício do INSS"

INFORMA QUE: ALERTA: Para o ACOMPANHAMENTO, a adoção das providências e prosseguimento da INVESTIGAÇÃO do fato entre imediatamente em contato telefônico ou presencialmente com a DELEGACIA para onde foi direcionada sua ocorrência, indicada na parte superior esquerda da certidão, abaixo do título DADOS DA OCORRÊNCIA, pois se não o fizer correrá o risco de ter o registro arquivado. A Delegacia Virtual não faz investigações e somente recepciona as ocorrências feitas pela internet e distribui para as unidades de apuração na qual o procedimento de investigação ocorrerá.

ASSINATURAS

Thais Marini Reis
Investigadora de Polícia
Matrícula 92117771
Responsável pelo Atendimento

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8d6 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

Documento autenticado por SINESP em 08/05/2024 às 10:37:32, horário de Brasília.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link:

https://seguranca.sinesp.gov.br/sinesp-assinador/public/verificar_documento.jsf

Informe o código verificador (MAC): **DITPG1A** e o código CRC: **1994571004PP**

O sigilo deste documento é protegido e controlado pela Lei Nº 12.527/2011. A divulgação, a revelação, o fornecimento, a utilização ou a reprodução desautorizada de seu conteúdo, a qualquer tempo, meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acessos indevidos, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades penais, civis e administrativas.

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8d6 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

PROCON
Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor
Bahia

Procon Bahia

Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado da Bahia

PROTOCOLO DA RECLAMAÇÃO: **2024.07/00009458641**

DATA DE ABERTURA: **21/07/2024**

PRAZO PARA AVALIAÇÃO DO CONSUMIDOR: **15/08/2024**

SITUAÇÃO: **Respondida**

DADOS DO CONSUMIDOR

Nome: IRZA MARIA CARVALHO SANTOS

CPF: 188.617.845-34

Endereço: Alameda Campinas de Pirajá, 302, Bairro Campinas de Pirajá, Cidade Salvador/BA - CEP 41275-124

Telefone: (71) 3391-0675 Celular: (71) 99228-4987

E-mail: irza.carla@gmail.com

DADOS DO FORNECEDOR

Nubank

CNPJ: 30.680.829/0001-43 - Nu Financeira S.A.

Endereço: Rua Capote Valente, Nº 120/ Complemento 3º e 4º andar, Bairro Pinheiros, Cidade São Paulo/SP - CEP 05409-000

Telefone:

DADOS DA RECLAMAÇÃO

Como Internet

Área: Serviços Financeiros

Assunto: Crédito Consignado / Cartão de Crédito Consignado / RMC (para beneficiários do INSS)

Problema: Vazamento de dados ou outros incidentes de segurança (acessos não autorizados e situações acidentais ou

DESCRIÇÃO DA RECLAMAÇÃO

Uma pessoa me mandou mensagem e me ligou trazendo como solução de cancelamento de um contrato do RMC do Banco PAN, me enganou, fazendo um empréstimo no Banco Santander e depois me ludibriou fazendo enviar o dinheiro para uma conta, que posteriormente percebi que era Fraude e a conta desse estelionatário é no Nubank. Com isso, continuei com o RMC do Pan e um empréstimo fraudulento no Banco Santander.

Informações Adicionais

Número do Benefício - NB: 155.137.814-8

PEDIDO À EMPRESA

Dessa forma, requer a comunicação do banco possuidor da chave PIX instrumento do crime, para que seja realizado o mecanismo especial de devolução, a fim de que a quantia de R$ 3.961,16, indevidamente retiradas da conta seja devolvida, na forma do art. 41-B Resolução BCB 01/2020, conforme essa mesma norma, é dever da instituição vinculada ao usuário recebedor realizar a devolução do dinheiro, conforme comprovante o usuário dono da conta é o Dhiego Gomes Calmon de Siqueira 03496036, CNPJ 037.423.486/0001-80.

Visualizada pelo fornecedor

Data 22/07/2024 Autor Nubank

(Sem Detalhes)

Complemento da reclamação

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8e0 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

Data 23/07/2024 Autor Nubank

Olá, Irza.

Segue em anexo a mensagem que enviamos em resposta à sua manifestação. Caso não consiga abrir o arquivo, enviamos a mesma mensagem em seu e-mail de cadastro. Nos mantemos à disposição em nossos canais de atendimento convencionais, inclusive aos finais de semana.

Abraços,

Ouvidoria Nubank.
meajuda@nubank.com.br
0800 591 2117

Complemento da reclamação

Data 26/07/2024 Autor Nubank

Olá, Irza.

Segue em anexo a mensagem que enviamos em resposta à sua manifestação. Caso não consiga abrir o arquivo, enviamos a mesma mensagem em seu e-mail de cadastro. Nos mantemos à disposição em nossos canais de atendimento convencionais, inclusive aos finais de semana.

Abraços,

Ouvidoria Nubank.
meajuda@nubank.com.br
0800 591 2117

Resposta do fornecedor

Data 26/07/2024 Autor Nubank

Olá!

Gostaríamos de informar que analisamos a sua manifestação e enviamos um retorno para o seu e-mail cadastrado conosco. Você também pode conferir a nossa resposta com anexo no campo Interagir com o fornecedor. Se não conseguir visualizar o anexo via smartphone, orientamos que tente por um computador ou notebook, pois isso poderá facilitar o seu acesso.

Atenciosamente,

Ouvidoria Nubank.

Andamento

Data	Descrição	Autor	Anexos
21/07/2024	Abertura da reclamação	IRZA MARIA CARVALHO SANTOS	Boletim de Ocorrência.pdf, Comprovante de transferência.pdf, Boleto.pdf, conversa 1.pdf, conversa 5.pdf
22/07/2024	Visualizada pelo fornecedor	Nubank	Não há anexos.
23/07/2024	Complemento da reclamação	Nubank	20240700009458641-Irza.pdf
26/07/2024	Complemento da reclamação	Nubank	20240700009458641.pdf
26/07/2024	Resposta do fornecedor	Nubank	Não há anexos.

Assinado eletronicamente por: RAFAELLA DOS SANTOS PINTO
Código de validação do documento: 9e00f8e0 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.

PADRE CASIMIRO QUIROGA, 2403, 2º ANDAR (FÓRUM IMBUÍ), IMBUÍ - SALVADOR
ssa-16vsje-consumo@tjba.jus.br - Tel.: (71) 3372-7390

PROCESSO Nº: 0194024-73.2024.8.05.0001

AUTOR(ES): IRZA MARIA CARVALHO SANTOS

RÉ(U)(S): BANCO BRADESCO S A
NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUICAO DE PAGAMENTO

DECISÃO

Vistos.

Os autos vieram-me conclusos para análise do pedido de tutela provisória de urgência, na modalidade antecipada, em caráter incidental, formulado pela parte autora em sua inicial.

Ocorre que, nos termos do art. 300 do novo Código de Processo Civil, a tutela de urgência apenas será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como não houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Entretanto, da leitura dos fatos narrados inicialmente, assim como da análise da documentação juntada, não se vislumbram presentes os requisitos para concessão da referida medida, razão porque indefiro o pedido formulado.

Com efeito, em que pesem os argumentos trazidos pela parte autora, inexistem nos autos elementos que autorizem a concessão da medida.

Aguarde-se, portanto, a realização da audiência.

Intimações necessárias.

MÁRCIO REINALDO MIRANDA BRAGA

Juiz de Direito
Documento Assinado Eletronicamente